

**Discurso proferido pelo  
Deputado Geraldo Resende  
(PMDB/MS) em Sessão no  
dia 05/08/2009**

**DIPLOMACIA E BOM SENSO PARA EVITAR CONFLITOS**

Senhor Presidente,  
Senhoras e senhores deputados,

Justamente na época em que a FUNAI desencadeia um processo de identificação e demarcação de áreas indígenas em 26 municípios de Mato Grosso do Sul, ação que tem gerado grande tensão e incertezas em nosso Estado, um assunto fundiário toma conta dos noticiários e nos traz novas preocupações: a demarcação de áreas remanescentes de quilombolas no distrito da Picadinha, em Dourados.

Recentemente, o INCRA finalizou os levantamentos para identificação e delimitação de 3.746 hectares terras. O levantamento durou uma semana e foi concluído na semana passada, após impasse com



E5769B0509

produtores rurais, que há anos negam a existência de áreas quilombolas no distrito.

As famílias remanescentes da região argumentam que as terras pertenceriam à fazenda Cabeceira de São Domingos, de propriedade do centenário Dezydério Felipe de Oliveira. Hoje, 15 famílias vivem na região, em uma área de 40 hectares. O INCRA já realizou estudos antropológicos no local em busca de documentos históricos que comprovem ou não o direito da comunidade negra a parte da área do distrito.

Nossa maior preocupação está relacionada a um eminente conflito entre produtores e entidades que apóiam a demarcação de áreas quilombolas em Mato Grosso Sul. Sabemos que se trata de um processo delicado e de grande tensão, sendo fundamental uma posição firme, democrática e de bom senso do governo federal e o do Estado do Mato Grosso Sul na condução deste trabalho, já que o direito a propriedade também precisa ser respeitado em questões tão polêmicas como essa.

Vale lembra que em 2007, questionamos, aqui neste mesmo plenário da Câmara dos Deputados, o processo de reconhecimento da comunidade de Picadinha, como área quilombola. Na época abordei o tema, após denúncias veiculadas pela TV Globo sobre possíveis



E5769B0509

irregularidades no reconhecimento de uma área como quilombola em São Francisco do Paraguaçu, na Bahia.

O processo sobre as terras baianas foi encaminhado à Fundação Palmares, no Ministério da Cultura. O INCRA também teria dado aval para a transformação da área em terra quilombola. Pela reportagem, itens citados nos laudos não foram reconhecidos por alguns dos supostos descendentes.

Na época, apresentei dados que comprovariam que as terras na Picadinha não seriam quilombolas, baseado em escrituras assinadas pelo governo de Mato Grosso vendendo terras a Dezydério Felipe de Oliveira.

Com o tempo, as terras foram divididas e, mais tarde, comercializadas por descendentes do primeiro comprador. Pelos documentos que tive acesso não há registro de que a ocupação daquele território tenha sido originado a partir do refúgio ou da resistência ao sistema escravagista.

Por isso, reitero nesse Plenário a minha preocupação diante desta questão, já que vejo o risco de estarem cometendo uma grande injustiça com os produtores rurais que há décadas se mudaram para a Picadinha e transformaram a realidade econômica daquela comunidade.



Peço ao presidente do INCRA rigor e responsabilidade na condução dos estudos que resultarão em desapropriação de terras para efeito de reconhecimento das áreas quilombolas. Mas, sobretudo, peço equilíbrio e Justiça de forma a impedir que decisões erradas venham trazer sofrimento a famílias de trabalhadores que só querem garantir o direito de manter aquilo que construíram com o suor do seu trabalho ao longo de uma vida inteira.

Muito obrigado.

**GERALDO RESENDE**  
**Deputado Federal - PMDB**



**E5769B0509**